

Carta política de um instituto de pesquisa e experimentação social

“Não utilize o pensamento para dar a uma prática política um valor de verdade; nem a ação política para desacreditar um pensamento, como se ele não fosse senão pura especulação.

Utilize a prática política como um intensificador do pensamento, e a análise como um multiplicador das formas e dos domínios de intervenção da ação política”¹

Por que criar o instituto?

A criação do Instituto nasce de um contexto no qual são escassas as instituições que direcionem seus esforços para efetivar pesquisas interessantes aos movimentos sociais a partir da pluralização de metodologias. A falta de alternativas à academia tradicional, aliada aos debates e intervenções estimulados por um cenário político relativamente novo na cidade de Porto Alegre, originaram este coletivo estrategicamente dotado do status legal de Organização Não Governamental. Nossa objetivo mais elementar é lançar as estruturas organizativas que permitam potencializar formas outras de ação política e produção do saber.

A principal motivação que nos impulsiona na criação do Instituto é a de converter nossos conhecimentos e formação em efetiva *ferramenta de ação* e experimentação social. Estamos inspirados por princípios anticapitalistas e descoloniais, mas não pretendemos apresentar, aqui, um programa político fechado. Seguindo a proposta da epígrafe deste documento, buscamos um programa sem filiações e verdades *a priori*, capaz de participar em composições políticas variadas. Desta forma, declinamos, expressamente, da adoção da uma suposta autoridade discursiva sobre as práticas com as quais estamos dispostos tecer relações. Isto nos coloca no lugar de produtores de um tipo de análise que, inserida no fluxo da realidade, possa contribuir à atualização e à multiplicação da atividade política de outros grupos, coletividades, movimentos e comunidades. O político, aqui, não se reduz à lógica das estratégias/interesses; ele inclui, também, o reconhecimento dos desejos e das sutilezas daquilo que se manifesta como potência transformadora em dado momento, ainda sem estar estabilizado ou codificado.

Pensamos o programa político como a narrativa primeira de uma história aberta, que possa devir em diversas conexões. Queremos, em síntese, promover uma ética ativista e uma política investigativa capazes de contribuir para a divulgação, fomento e multiplicação de conhecimentos enraizados nas práticas sociais de sujeitos políticos tão variados quanto também o são suas experiências de luta, rebeldia, resistência, suas esperanças e prefigurações. Nossa vocação coletiva é a de acompanhar variadas lutas na condição de instrumento, de algo que está aí para *funcionar* e

1 “Por uma vida não-fascista”, Michel Foucault.

transformar, antes que para proclamar princípios herméticos.

Manteremos uma relativa autonomia frente às proposições políticas dos coletivos com que desejamos trabalhar, afinal, – e em consonância com a perspectiva de Félix Guattari – “somos todos grupelhos”: “Por que os grupelhos, ao invés de se comerem entre si, não se multiplicam ao infinito? Cada um com seu grupelho! Em cada fábrica, cada rua, cada escola. Enfim, o reino das comissões de base! Mas grupelhos que aceitassem ser o que são, lá onde são. E, se possível, uma multiplicidade de grupelhos que substituiriam as instituições da burguesia; a família, a escola, o sindicato, o clube esportivo etc. Grupelhos que não temessem, além de seus objetivos de luta revolucionária, se organizarem para a sobrevivência material e moral de cada um de seus membros e de todos os fodidos que os rodeiam”. Podemos dizer que, enquanto coletivo de pesquisadores ativistas queremos, acima de tudo, ser fomentadores de grupelhos (no sentido positivo que Guattari utiliza).

Sensibilizados pela aposta política deleuziana, compartilhamos o espírito de luta como uma revolta que se transforma junto com o próprio mundo. As revoltas se fazem a partir de sutilezas que podem ser capturadas e feitas políticas de Estado, despolíticas institucionalizadas ou políticas desinstitucionalizadas. Revoltas também podem ser ações de deslocamento das formas de pensar e das posições de ação no mundo e do mundo. Revoltados podemos fazer em qualquer parte e a qualquer tempo, atuando através desses *grupelhos* para dar conta de tantas revoltas quantas formos capazes de ouvir, de compartilhar, de inventar, de experienciar. Através da revolta, estaremos nos associando com esses grupos pequenos, que podem se tornar grandes por um tempo, depois sumir, porque estão pela multiplicação da diferença. Estão para um movimento forte, que rompa tanto as formas de fazer como as de pensar. Sendo assim, considerando a força de distintos grupos na sua forma de fazer e dizer o mundo, propomos a potencialização dessas práticas e discursos a fim de produzirmos, através da composição com as alteridades – e do necessário enfrentamento com nossas próprias perspectivas que essa relação estabelece – outras metodologias e outros entendimentos sobre a organização e o sentido das vivências. Isto porque pensamos que é possível fabricar um sentido de movimento que prescinda da teleologia e que deixe as práticas acontecerem na materialidade das coalizões cotidianas.

Deste modo, imaginamos um coletivo que possa contemplar muitas frentes de atuação através da promoção de atividades igualmente múltiplas. Fazer jus a tais motivações implica um esforço constante por inaugurar formas, lugares e estruturas alternativas de construção do conhecimento, do aprendizado e da difusão de informação. Parece-nos que o “conteúdo empírico” ou experencial desses imperativos será parte da própria experimentação social a que se propõe o coletivo e estará, também, condicionado a disponibilidade de recursos materiais derivados da

eventual aprovação de nossos projetos sociais.

Se falamos de **formas, lugares e estruturas alternativas** é porque, em alguma medida, procuramos distanciar-nos de um conjunto de práticas acadêmicas, políticas e pedagógicas que nos parecem cerceantes e até mesmo supressivas, dado que tendem a ignorar ou secundarizar a capacidade de auto-enunciação dos sujeitos, instaurando práticas discursivas ancoradas na pretensão de falar sobre “o outro” a partir de uma exterioridade de perspectiva; em síntese, falar sobre “o outro” sob a condição de produzi-lo como politicamente inexistente. Muitas destas práticas estão institucionalizadas na universidade corporativa, em certas ONGs, institutos independentes de pesquisa e organizações políticas já consolidadas. Produzir, enunciar e efetivar “conhecimentos de outra forma” provavelmente significa tomar distância crítica com relação aos referidos espaços e inscrever nossa prática político-intelectual em debates e fluxos de desejo que nem sempre encontram espaço de reconhecimento e realização nas instituições culturais e acadêmicas mais tradicionais.

O desafio, então, é canalizar os recursos materiais disponibilizados por agências e órgãos já estabelecidos para, num segundo momento, potencializar iniciativas políticas, intelectuais e artísticas gestadas ao longo das redes com as quais o instituto entrará em sintonia e continuidade. Se bem é verdade que a materialização “sociológica” do desejo de explorar formas, lugares e estruturas outras para o desenvolvimento da ação política e intelectual só se dará na prática, entendemos fundamental elucidar, nos tópicos seguintes, alguns parâmetros que orientem e organizem nosso trabalho criativo e experimental.

Outra forma de organização

Responder a formas e lugares de ação alternativos exige repensar estruturas organizativas; exige pensar mais além das estruturas codificadas e estatutárias. Inspira-nos a ideia de um coletivo de sentimentos, tencionado e dinamizado por lealdades forjadas na esteira do atuar conjunto. Se o registro de uma ONG requer o estabelecimento de funções individualizadas, mais ou menos burocráticas, nós, por outro lado, poderíamos conceber tais requisitos como a medida exata daquilo que, na prática, não podemos ser. Nossa princípio norteador, portanto, é a busca de formas de relações que fujam à assimetria instaurada pela lógica da representatividade e que se conformem por meio de apoio mútuo, troca e interesse compartilhado.

Para além da proposta da “pesquisa-ação” – articulada às demandas de movimentos sociais com o objetivo de potencializar seus horizontes políticos – o Instituto propõe uma metodologia de investigação coletiva. Esta não é uma forma de produção de conhecimento muito recorrente na

academia convencional, onde o modelo de pesquisa está fundado na figura do pesquisador único, indivisível e solitário – mais ou menos ao estilo de um Júlio César que ao final da investigação brada confiante: “vim, vi, venci”. Neste sentido, trabalhar em conjunto e trabalhar diferente são nossos grandes desafios, como também fazer organização sem implicar as vidas num controle sufocante de si mesmas ou numa forma de “cooperação” que nos obrigue a trabalhar mais do que gostaríamos.

Parece-nos que não podemos fazer política “para fora” sem fazermos uma política de qualidade entre nós mesmos. Enfatizamos que nossa organização se propõe vigilante em relação às diversas desigualdades sociais que clivam o tecido social. Mas, ao invés de pressupor seus marcadores, lançamos mão de uma postura investigativa ativista (e não militante, que remete a “militar”), para conseguir problematizar e publicizar a desigualdade em toda sua complexidade, na esteira de novas metodologias de trabalho.

Outro modo de ação

Além de nos afastarmos de estruturas políticas e organizativas mais herméticas, também propomos um modo de ação alternativo, uma lógica de ação que nos desloque desse lugar tão confortável de acadêmicos. Afinal, o que podemos fazer com o *modus operandi* adquirido em anos de pesquisa e institucionalização acadêmica? Nossa resposta a tal pergunta é a seguinte: precisamos sintonizar o instrumental analítico promovido pela universidade com as demandas expressadas pelas populações historicamente alijadas tanto daqueles espaços onde são tomadas as decisões políticas de maior transcendência, quanto dos lugares de produção de um saber considerado legítimo pelos aparelhos estatais e pelas corporações empresariais.

Mudar a forma de fazer pesquisa passa por mudar o lugar da enunciação. Imaginamos um coletivo/instituto inserido em articulações territoriais concretas. Não somos um mero observatório das dinâmicas políticas de nosso tempo, mas sim uma ferramenta de auto-observação e auto-construção enraizada corpo-politicamente nos campos de interlocução com os quais nos relacionamos. O esforço, por conseguinte, é colocar nossa práxis humana a serviço de novos pragmatismos e de novos protagonismos.

A proposta de um espaço que promova debates entre investigadores diversos com públicos que não possuem, por ora, acesso às discussões universitárias especializadas é outro componente de nosso horizonte político. A auto-formação e formação conjunta são centrais para compor criativamente com outros processos coletivos. Propomos a realização de oficinas sobre temas diversos, de modo a instaurar espaços plurais de reflexão onde seja possível intercambiar intensamente com jovens, mulheres, movimentos afro, indígenas, atingidos por remoções,

agricultores, populações urbanas e rurais sem terra e sem teto e demais sujeitos interessados em praticar a inventividade política e a experimentação social.

Quando falamos em inventividade, também nos referimos à criação de um espaço de análise e inscrição de saber e contrainformação investido de legitimidade frente aos promotores e operadores da máquina capitalista. Trabalharemos para desenvolver um discurso que tenha clareza e que tenha alcance, que seja ouvido e não simplesmente ignorado como mais uma informação “militante”. Não declinamos, por outro lado, do objetivo de desenvolver os meios para inscrever nosso discurso para além do Estado e do capital, sem que isso nos impossibilite de incidir sobre seus aparelhos ideológicos, suas políticas de administração da vida e dos modos de vida. Neste ponto, a autonomia na produção de conhecimento é fundamental, principalmente quando estivermos realizando pesquisas financiadas por órgãos estatais ou por organizações privadas.

Interesses temáticos

Os eixos temáticos que energizam nossa prática organizacional são os seguintes: reforma agrária, reforma urbana, populações afro-brasileiras, coletivos indígenas, educação popular, gênero, sexualidade e corpo, populações removidas, deslocadas e em deslocamento, impacto de intervenções desenvolvimentistas. O conceito fronteira que articula essa heterogeneidade temática é o de *territorialidade*. A problemática da territorialidade transversaliza as reflexões contemporâneas sobre reforma agrária, passando pelas demandas quilombolas e indígenas e pelos debates e lutas em torno da questão urbana. Territórios também falam de existência, de produções de modos de subjetivação singulares, fruto de desejos de diferir do mundo, tal como ele se expressa em inúmeras situações de opressão. Territorialidade evoca a produção dos corpos, entendidos para além de qualquer biologismo que pretenda apresentá-los como substrato inerte e estável sobre o qual operaria a “cultura”. Corpos são processos que se materializam no horizonte de possibilidades dos sujeitos. É possível dizer, portanto, que territórios constituem corpos, ao mesmo tempo em que estes são, também, resultado cambiante da territorialização de disputas diversas. Disputas que pautam uma série de normativas monolíticas de bem/mal-estar no mundo: ser homem, branco, heterossexual, cisgênero, magro, não-portador de deficiências, empregado, etc.

Levando em conta os eixos temáticos apresentados, nossas possibilidades concretas de atuação incluem: realização de licenciamentos ambientais e medidas compensatórias; produção de conhecimento, informação e contrainformação sobre conflitos sociais contemporâneos; facilitamento de articulações entre movimentos emergentes e redes mais amplas de organizações sociais que possam fortalecer novas iniciativas políticas; produção de intervenções estéticas; prestação de assessoria gratuita aos movimentos sociais consolidados e aos coletivos políticos

emergentes; promoção e apoio de iniciativas em educação popular; produção de levantamentos histórico-culturais para determinadas comunidades. Mais além do programa aqui apresentado, estamos cientes de que surgirão muitas outras frentes de ação na medida em que nossa experiência siga seu curso.

Inspira-nos, aqui, um projeto político-intelectual que busca dar conta do nosso mundo como um processo material e afirmativo de *constituição*. A necessidade de derivar do espaço acadêmico tradicional em direção a imaginar e constituir novos espaços tem a ver com o desejo de constituir mundo(s). Para tanto é preciso criar novas zonas de interação onde a **política dos encontros** possa se realizar de outra forma e possa constituir outro **poder-saber coletivo**. O *encontro*, entre os participantes e, logo, com os coletivos, movimentos e pessoas que iremos contatar, é experiência de constituição e motor de criação do coletivo que propomos. Noções como “encontro” e “constituição” indicam estes enlaces que queremos desenvolver entre epistemologia e política, entre ontologia e experiência, entre produzir saber e constituir poder. Constituir poder-saber com outros. Ao encarar o encontro como experiência de constituição nos aproximamos do que Althusser chamou de “materialismo do encontro”: as formas e a materialidade mesma da nossa existência enquanto coletivo será provida por estes encontros, em ato.

* * *

Expressamos nossas ideias, projetos, revoltas e inspirações aproveitando o espaço do papel e da escrita como espaço de sonhar. Sonho que se sonha junto é realidade. Se, como nos sugere o poeta Fernando Pessoa, “tudo vale a pena quando a alma não é pequena”, de uma coisa estamos certos: temos tantas grandes almas (corpos-pensamentos) nesse momento, que só pode valer muito a pena!